

10.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas 16.05.2018 PAOD Declaração de Voto

Moção - Descentralização de Competências

Não procurando estimular o debate sobre esta matéria, teremos certamente oportunidade para discutir este novo pacote de descentralização de competências, noutro momento, como proponente da Moção e em jeito de Declaração de Voto quero referir que o propósito desta Moção, apresentada pela CDU que de resto, não é novidade, é transversal ao conjunto de municípios e das assembleias municipais onde a CDU tem sede.

Que fique claro e a Moção muito pelo contrário não vai nesse sentido, que nós estamos contra a transferência de competências para a Administração Local, aliás nós acarinhámos e incentivámos processos de transferências de competências para a Administração Local e para estruturas eleitas intermédias como sejam as regiões administrativas e somos “defensores confesso” de um processo de regionalização discutido e levado a cabo considerando os superiores interesses da satisfação das necessidades das populações. Por um lado as regiões administrativas não são criadas, mas por outro estamos constantemente a criar organismos intermunicipais que, se fizermos as contas podem ainda ser mais onerosos do que a efetiva representação popular através das regiões administrativas em órgãos com estas características.

A questão tem muito a ver com o propósito deste pacote de descentralização de competências já anunciado, embora ainda não aprofundado, que tem como pressuposto e como primado uma coisa com a qual nós não podemos concordar.

É nosso entendimento que a descentralização de competências faz sentido na justa medida em que faz sentido levarmos os centros de decisão para junto das populações, numa perspetiva de proximidade da decisão à satisfação das necessidades das populações, não entendemos, nem podemos aceitar que a administração central transfira competências para as autarquias, mas que tenha como base este espartilho do investimento, ou seja, o que a administração central está a dizer é que estamos disponíveis para transferir um conjunto de competências para as autarquias, mas a despesa não pode aumentar.

Nós entendemos que as autarquias só podem fazer um trabalho de desenvolvimento e de resolução de alguns problemas das populações, precisamente se lhes for permitido e se lhes for incentivado o aumento do investimento em áreas tão importantes como a saúde e a educação onde ainda há muito a fazer.

Na prática, o que a Administração Central pretende com esta medida é, fiquem lá com as competências, vamos discutir a questão dos meios, mas há uma coisa que está assente é que não há mais investimento, não há mais dinheiro para estas áreas e isso coloca-nos à partida um problema que é, como é que nós vamos fazer mais e melhor, com os mesmo ou até com menos recursos e a Moção vai no sentido de rejeitar esta premissa de que é de um pacote de descentralização de competências, que não é acompanhado dos necessários meios para que as autarquias possam efetivamente proceder a investimentos importantes em áreas para onde agora vão ser transferidas competências e foi de resto esse o propósito máximo, o objetivo máximo da Moção, rejeitar este desidrato, rejeitar este paradigma da descentralização de competências e marcar naturalmente uma posição, que é a posição já assumida pelo Partido Comunista Português e pela CDU.

Nós vamos acompanhar este processo com muita atenção, vamos dar os nossos contributos sempre na defesa daquilo que é este paradigma, para termos melhores serviços prestados à população, é necessário mais investimento e portanto a Administração

Central tem que alocar para as autarquias, no âmbito deste pacote, mais meios precisamente para que isso se possa cumprir.

Coisa diferente é, relativamente às funções sociais do Estado, nós temos a perspetiva clara de que, em matérias como a segurança, como a justiça e também como a saúde, a Administração Central não pode rejeitar as suas responsabilidades na perspetiva da universalização destes serviços e da democratização destes serviços.

Não podemos ter um país a crescer nestas áreas tão importantes, a duas, a três ou quatro velocidades em função daquilo que as autarquias em cada momento decidem fazer. Eram estes os considerando, ficam registados como declaração de voto e agradecer a atenção dos senhores vereadores em dispensarem esta Moção.

Por isso votámos a favor

Odivelas, 16 de Maio de 2018

Os Vereadores da CDU